

Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
Conhecimentos Básicos para Auditor
Fiscal da Receita Estadual

Nome do Candidato _____

Nº de Inscrição _____

Nº do Caderno _____

Nº do Documento _____

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

3º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você é escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outra forma de auxílio.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):** marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:** marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2506264835M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
SEFAZ GO

CARGO:

Auditor - Fiscal da Receita Estadual

DISCIPLINAS:

Conhecimentos Básicos

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

7/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

7/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

SEFAZ GO – 3º SIMULADO - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA AUDITOR – FISCAL

LÍNGUA PORTUGUESA
Lucas Lemos

Com um pouco de exagero, costumo dizer que todo jogo é de azar. Falo assim referindo-me ao futebol que, ao contrário da roleta ou da loteria, implica tática e estratégia, sem falar no principal, que é o talento e a habilidade dos jogadores. Apesar disso, não consegue eliminar o azar, isto é, o acaso.

E já que falamos em acaso, vale lembrar que, em francês, "acaso" escreve-se "hasard", como no célebre verso de Mallarmé, que diz: "um lance de dados jamais eliminará o acaso". Ele está, no fundo, referindo-se ao fazer do poema que, em que pese a mestria e lucidez do poeta, está ainda assim sujeito ao azar, ou seja, ao acaso.

Se no poema é assim, imagina numa partida de futebol, que envolve 22 jogadores se movendo num campo de amplas dimensões. Se é verdade que eles jogam conforme esquemas de marcação e ataque, seguindo a orientação do técnico, deve-se, no entanto, levar em conta que cada jogador tem sua percepção da jogada e decide deslocar-se nesta ou naquela direção, ou manter-se parado, certo de que a bola chegará a seus pés. Nada disso se pode prever, daí resultando um alto índice de probabilidades, ou seja, de ocorrências imprevisíveis e que, portanto, escapam ao controle.

Tomemos, como exemplo, um lance que quase sempre implica perigo de gol: o tiro de canto. Não é à toa que, quando se cria essa situação, os jogadores da defesa se afigem em anular as possibilidades que têm os adversários de fazerem o gol. Sentem-se ao sabor do acaso, da imprevisibilidade. O time adversário desloca para a área do que sofre o tiro de canto seus jogadores mais altos e, por isso mesmo, treinados para cabecear para dentro do gol. Isto reduz o grau de imprevisibilidade por aumentar as possibilidades do time atacante de aproveitar em seu favor o tiro de canto e fazer o gol. Nessa mesma medida, crescem, para a defesa, as dificuldades de evitar o pior. Mas nada disso consegue eliminar o acaso, uma vez que o batedor do escanteio, por mais exímio que seja, não pode com precisão absoluta lançar a bola na cabeça de determinado jogador. Além do mais, a inquietação ali na área é grande, todos os jogadores se movimentam, uns tentando escapar à marcação, outros procurando marcá-los. Essa movimentação, multiplicada pelo número de jogadores que se movem, aumenta fantasticamente o grau de imprevisibilidade do que ocorrerá quando a bola for lançada. A que altura chegará ali? Qual jogador estará, naquele instante, em posição propícia para cabeceá-la, seja para dentro do gol, seja para longe dele? Não existe treinamento tático, posição privilegiada, nada que torne previsível o desfecho do tiro de canto. A bola pode cair ao alcance deste ou daquele jogador e, dependendo da sorte, será gol ou não.

Não quero dizer com isso que o resultado das partidas de futebol sejam apenas fruto do acaso, mas a verdade é que, sem um pouco de sorte, neste campo, como em outros, não se vai muito longe; jogadores, técnicos e torcedores sabem disso, tanto que todos querem se livrar do chamado "pé frio". Como não pretendo passar por supersticioso, evito aderir abertamente a essa tese, mas quando vejo, durante uma partida, meu time perder "gols feitos", nasce-me o desagradável temor de que aquele não é bom dia para nós e de que a derrota é certa.

Que eu, mero torcedor, pense assim, é compreensível, mas que dizer de técnicos de futebol que vivem de terço na mão e medalhas de santos sob a camisa e que, em face de cada lance decisivo, as puxam para fora, as beijam e murmuram orações? Isso para não falar nos que consultam pais-de-santo e pagam promessas a Iemanjá. É como se dissessem: treino os jogadores, traço o esquema de jogo, armo jogadas, mas, independentemente disso, existem forças imponderáveis que só obedecem aos santos e pais-de-santo; são as forças do acaso.

Mas não se pode descartar o fator psicológico que, como se sabe, atua sobre os jogadores de qualquer esporte; tanto isso é certo que, hoje, entre os preparadores das equipes há sempre um psicólogo. De fato, se o jogador não estiver psicologicamente preparado para vencer, não dará o melhor de si.

Exemplifico essa crença na psicologia com a história de um técnico inglês que, num jogo decisivo da Copa da Europa, teve um de seus jogadores machucado. Não era um craque, mas sua perda desfalcaria o time. O médico da equipe, depois de atender o jogador, disse ao técnico: "Ele já voltou a si do desmaio, mas não sabe quem é". E o técnico: "Ótimo! Diga que ele é o Pelé e que volte para o campo imediatamente".

Ferreira Gullar. Jogos de azar.

1. O autor afirma que todo jogo é de azar porque:
 - (A) não há tática ou estratégia envolvidas no futebol.
 - (B) o acaso é um fator irrelevante no esporte.
 - (C) o resultado depende apenas da sorte.
 - (D) mesmo com técnica, o imprevisível continua presente.
 - (E) o futebol é comparável à roleta e à loteria em todos os aspectos.

2. A tipologia predominante no texto é:

- (A) narrativa, por relatar fatos e personagens em ordem cronológica.
- (B) injuntiva, por buscar orientar o leitor com instruções diretas.
- (C) descriptiva, por se concentrar nas características físicas do futebol.
- (D) dissertativo-argumentativa, por expor uma tese e sustentá-la com argumentos.
- (E) expositiva, por apresentar informações técnicas sobre o futebol.

3. Ao citar Mallarmé, o autor busca:

- (A) exaltar a poesia como arte superior ao futebol.
- (B) relacionar a criação poética à ausência total de lógica.
- (C) ilustrar que até a criação artística não escapa ao acaso.
- (D) criticar a cultura francesa como supersticiosa.
- (E) mostrar que a linguagem poética não pode ser racional.

4. Assinale a opção cuja regência do verbo apresentado é a mesma do verbo destacado na passagem “Tomemos, como exemplo, um lance que quase sempre **implica** perigo de gol” (quarto parágrafo).

- (A) Esquecer-se.
- (B) Desobedecer.
- (C) Almejar.
- (D) Assistir (sentido de “ver”).
- (E) Chegar.

5. No terceiro parágrafo, a oração “que envolve 22 jogadores se movendo num campo de amplas dimensões” é subordinada

- (A) substantiva subjetiva.
- (B) adjetiva explicativa.
- (C) adjetiva restritiva.
- (D) substantiva objetiva indireta.
- (E) adverbial conformativa.

6. A preposição “para” em “De fato, se o jogador não estiver psicologicamente preparado para vencer, não dará o melhor de si” (sétimo parágrafo) poderia ser substituída adequadamente por

- (A) a;
- (B) a fim de;
- (C) ademais;
- (D) além de;
- (E) até.

7. Em “O time adversário **desloca** para a área do que sofre o tiro de canto seus jogadores mais altos” (quarto parágrafo), o verbo em destaque significa

- (A) uma possibilidade.
- (B) ação concluída.
- (C) ação que está prestes a acontecer.
- (D) um tempo atual.
- (E) uma ligação entre informações importantes.

8. O vocábulo “que” empregado em “costumo dizer que todo jogo é de azar” (primeiro parágrafo) introduz uma oração

- (A) coordenada explicativa.
- (B) subordinada substantiva objetiva indireta.
- (C) subordinada substantiva subjetiva.
- (D) subordinada adjetiva restritiva.
- (E) subordinada substantiva objetiva direta.

9. No sexto parágrafo, as vírgulas usadas em “Que eu, mero torcedor, pense assim, é compreensível” marcam um
(A) adjunto adverbial.
(B) aposto.
(C) vocativo.
(D) adjunto adnominal.
(E) sujeito
10. Considerando o emprego do acento indicador de crase em “Não é à toa que” (quarto parágrafo), podemos afirmar que se trata de
(A) emprego facultativo de acordo com as normas gramaticais.
(B) uso obrigatório de acordo com a exigência da regência verbal seguida de artigo feminino.
(C) uso incorreto por não haver exigência de preposição “a”.
(D) escolha estilística do autor.
(E) emprego necessário por se tratar de expressão adverbial feminina.

RACIOCÍNIO LÓGICO, MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA
Marcelo Leite

11. Dez auditores que inicialmente estavam lotados em Anápolis, Formosa e Alexânia foram transferidos para Goiânia. Dentre esses auditores, Anápolis apresentou o maior número de transferências, enquanto Formosa apresentou o mesmo número de homens e mulheres, o mesmo ocorrendo com os auditores oriundos de Alexânia. Com base nessas informações, é correto afirmar que:
(A) foram transferidos quatro auditores de Alexânia.
(B) de Formosa, foram transferidos mais homens que mulheres.
(C) foi transferido apenas um homem oriundo de Formosa.
(D) exatamente três homens foram transferidos de Anápolis.
(E) exatamente dois homens foram transferidos de Alexânia.
12. Em certa repartição pública, os auditores possuem, cada um, armário numerado de acordo com um certo padrão, conforme é mostrado seguir:

10, 40, 90, 61, 52, 63, 94, ...

- Assim, o nono termo dessa sequência corresponderá a:
(A) 18
(B) 46
(C) 121
(D) 001
(E) 441
13. Entre os 70 auditores, sabe-se que todos possuem algum curso superior, podendo ser Matemática ou Economia. Considere que 40 auditores são formados em Matemática e 50 são economistas. Com base nessas informações, a quantidade de auditores que são tanto matemáticos como economistas é igual a:
(A) 10
(B) 12
(C) 15
(D) 18
(E) 20

14. O auditor chefe Daniel gosta de desafios lógicos e, certo dia, distribuiu três tarefas entre os auditores André, Beto e Carlos. Essas tarefas consistiam na fiscalização de 16, 14 e 12 empresas, que deveriam ser fiscalizadas, não necessariamente nessa ordem. O auditor Daniel fez as seguintes declarações:

- O auditor André não irá fiscalizar 16 empresas.
- O auditor Beto não irá fiscalizar 12 empresas.
- O auditor Carlos fiscalizou 12 empresas.

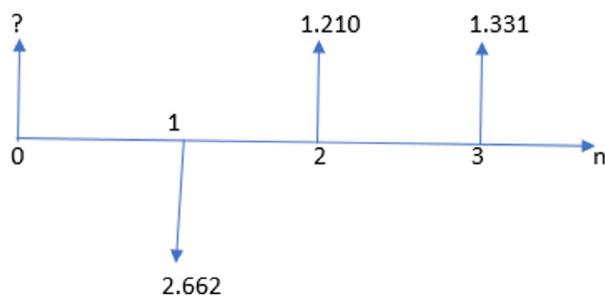
Após essas declarações, o auditor Daniel informou que apenas uma das três declarações é verdadeira. Assim, a quantidade de empresas fiscalizadas pelos auditores André, Beto e Carlos será, respectivamente:

- (A) 12, 14 e 16
 (B) 12, 16 e 14
 (C) 14, 12 e 16
 (D) 14, 16 e 12
 (E) 16, 14 e 12

15. Considere que de uma duplicata no valor de R\$ 23.000,00, com vencimento em 75 dias, foi descontada uma taxa simples comercial de 3,2% a.m. O valor líquido a receber será, em R\$, de:

- (A) 1.840,00
 (B) 21.160,00
 (C) 20.212,00
 (D) 19.800,00
 (E) 19.670,00

16. A figura a seguir apresenta a previsão de um fluxo de caixa (em R\$) para três meses (1; 2; 3)



Considerando uma taxa de juros de 10% ao mês, com capitalização composta, o valor de entrada no período inicial zero que equilibra o fluxo de caixa corresponde, em R\$, a:

- (A) 380
 (B) 394
 (C) 400
 (D) 420
 (E) 440

17. Após receber a restituição do imposto de renda no valor de R\$ 1.500,00, ele aplicou o montante em um título de renda fixa que garante um rendimento de 2% ao mês. Considerando juros compostos e que o resgate ocorrerá dois meses após a aplicação, o montante a ser resgatado, em reais, será:

- (A) 60,60
 (B) 1.536,72
 (C) 1.548,91
 (D) 1.560,00
 (E) 1.560,60

18. Considere que a taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses foi de 4,3%. Para esse mesmo período, a taxa aparente foi de 11,8096%. Assim, a taxa real, no período considerado, corresponderá a:
- 7,5096%
 - 7,2%
 - 6,92%
 - 6,908%
 - 6,78%
19. A probabilidade de que se faça uma pós-graduação (evento X) após tomar posse como auditor é de 80%, e a probabilidade de que se faça uma nova graduação (evento Y) após tomar posse como auditor é de 40%. Sabe-se, ainda, que todo auditor, ao tomar posse, faz uma pós-graduação ou uma nova graduação. Assim, a probabilidade de ocorrerem os eventos X e Y ao mesmo tempo é:
- 20%
 - 22%
 - 27%
 - 31%
 - 35%
20. A tabela a seguir resume uma pesquisa sobre a quantidade de fiscalizações distintas realizadas no último mês por 100 auditores escolhidos aleatoriamente de uma população normal.

Números de fiscalizações distintas	Probabilidade
7	0,3
10	0,3
12	0,4

Assim, o valor da esperança matemática da variável aleatória “número de fiscalizações distintas” será igual a:

- 7,8
- 8,1
- 9,2
- 9,9
- 10,4

DIREITO CONSTITUCIONAL Samuel Marques

21. Fernanda, filha de diplomatas russos, nasceu em Brasília durante a missão oficial de seus pais no Brasil. Luís, filho de mãe brasileira e pai chileno, nasceu em Santiago, onde seus pais residem, sem vínculo com o serviço do Brasil. Aos 25 anos, Luís muda-se para o Brasil e solicita seu registro em repartição consular brasileira. Já Marco, cidadão argentino, reside no Brasil há 18 anos ininterruptos, sem antecedentes criminais, e deseja obter a nacionalidade brasileira.

Com base na Constituição Federal e na doutrina majoritária sobre nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- Fernanda é brasileira nata, pois nasceu em território nacional, sendo irrelevante a condição funcional dos pais estrangeiros.
- Luís será considerado brasileiro nato, desde que solicite registro consular antes de completar 30 anos de idade.
- Marco poderá ser naturalizado brasileiro, mas apenas após requerimento expresso e aprovação por lei específica do Congresso Nacional.
- A nacionalidade de Fernanda será considerada originária caso renuncie à nacionalidade russa e passe a residir no Brasil de forma definitiva.
- Luís poderá adquirir a nacionalidade brasileira originária, se, após atingir a maioridade, vier a residir no país e optar formalmente pela nacionalidade brasileira.

22. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- (A) os Estados podem criar regiões metropolitanas por meio de lei ordinária, desde que haja aprovação por maioria dos municípios envolvidos.
- (B) a criação de regiões metropolitanas exige consentimento prévio dos municípios que a integrarão, sob pena de violação à autonomia municipal.
- (C) a Constituição Federal veda a criação de microrregiões por comprometer a organização administrativa dos entes municipais.
- (D) os Estados podem instituir, por lei complementar, regiões metropolitanas compostas por agrupamentos de municípios limítrofes para fins de planejamento de funções públicas de interesse comum.
- (E) é da competência da União legislar sobre a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, cabendo aos Estados apenas a execução.

23. Nos termos do art. 7º da Constituição da República, é correto afirmar:

- (A) A redução dos riscos inerentes ao trabalho deve ser assegurada por convenção coletiva de trabalho, não sendo matéria de competência normativa do Estado.
- (B) A proteção ao mercado de trabalho da mulher é vedada pela cláusula da igualdade, salvo se houver discriminação positiva imposta por tratado internacional.
- (C) A Constituição prevê a proteção da mulher no mercado de trabalho, podendo o Estado adotar incentivos específicos para tanto, nos termos da lei.
- (D) A saúde e a segurança no trabalho são garantias vinculadas exclusivamente a atividades de risco, conforme regulamentação da CLT.
- (E) A Constituição remete às normas infraconstitucionais a proteção da mulher e a segurança no trabalho, sem prever tais garantias em seu texto.

24. De acordo com a Constituição da República, podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- (A) qualquer partido político registrado no Tribunal Superior Eleitoral, independentemente de representação no Congresso Nacional.
- (B) a Mesa de qualquer Câmara Municipal, desde que a norma impugnada tenha aplicação local.
- (C) entidade de classe de âmbito regional, desde que com atuação reconhecida por lei há mais de dez anos.
- (D) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com legitimidade universal, independentemente de demonstração de pertinência temática.
- (E) o Tribunal de Contas da União, quando houver interesse público relevante e relação com a fiscalização financeira.

25. Em 2024, uma mulher foi eleita governadora de um estado da Federação. Seu irmão, já ocupante do cargo de deputado estadual, foi posteriormente eleito presidente da Assembleia Legislativa do mesmo estado. Considerando a jurisprudência do STF sobre inelegibilidade reflexa, é correto afirmar que:

- (A) ambos estão inelegíveis, pois o vínculo de parentesco em linha colateral entre ocupantes simultâneos das chefias dos Poderes Executivo e Legislativo configura hipótese de inelegibilidade reflexa.
- (B) apenas o presidente da Assembleia Legislativa está inelegível, pois sua eleição ocorreu após a da governadora, violando o princípio da anterioridade da filiação partidária.
- (C) a inelegibilidade reflexa não se aplica ao caso, pois o exercício simultâneo das funções não acarreta, por si só, desequilíbrio entre os Poderes ou violação à separação de funções.
- (D) o caso revela violação à moralidade administrativa, e a inelegibilidade deve ser reconhecida de forma ampliativa pelo Judiciário, diante do vínculo familiar e da possibilidade de favorecimento.
- (E) a Constituição Federal estabelece que qualquer grau de parentesco entre membros dos Poderes Executivo e Legislativo torna o mandato inelegível, o que justifica a nulidade das eleições de ambos.

26. À luz do art. 8º da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) é vedada a filiação de aposentados às organizações sindicais, salvo para fins assistenciais.
- (B) apenas trabalhadores em atividade podem votar nas eleições das entidades sindicais, sendo vedado aos aposentados o direito de sufrágio.
- (C) o aposentado filiado a sindicato possui direito apenas de votar, sendo-lhe vedado o direito de ser votado para cargos de direção.
- (D) o aposentado filiado mantém os direitos de participação plena na vida sindical, inclusive o de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) o aposentado só pode ser votado, e não votar, nas eleições sindicais, dada a sua desvinculação funcional com a categoria.

27. Sobre a composição e a forma de eleição das Casas que integram o Congresso Nacional, à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) O Senado Federal é composto por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, com mandato de oito anos.
(B) A Câmara dos Deputados elege representantes segundo o princípio majoritário, com renovação alternada a cada quatro anos.
(C) Cada Estado e o Distrito Federal elegem três Senadores, sendo que a renovação das cadeiras ocorre, alternadamente, por um e dois terços, a cada quatro anos.
(D) O número de Deputados por Estado é fixado diretamente pela Constituição, não podendo ser alterado por legislação infra-constitucional.
(E) Os Territórios, enquanto unidades federativas equiparadas, elegem três Senadores e quatro Deputados, com base no princípio da representação paritária.
28. De acordo com a Constituição Federal de 1988, acerca da reorganização territorial dos Estados da Federação, é correto afirmar que:
- (A) a criação de novos Estados ou Territórios exige consulta à população diretamente interessada, mediante plebiscito, e aprovação por lei complementar do Congresso Nacional.
(B) a subdivisão de Estados depende exclusivamente da manifestação do Congresso Nacional por meio de lei ordinária, dispensada a consulta popular.
(C) a incorporação entre Estados pode ocorrer por convenção entre os Governadores, desde que haja posterior referendo pelo Senado Federal.
(D) os Estados somente poderão se dividir para formar novos Estados mediante emenda constitucional, aprovada em dois turnos por três quintos dos votos em cada Casa do Congresso Nacional.
(E) a formação de novos Estados exige a participação da União e dos Municípios limítrofes, em processo legislativo de iniciativa conjunta.
29. De acordo com o art. 47 da Constituição Federal, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas:
- (A) por maioria absoluta dos votos, presentes dois terços dos membros.
(B) por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros.
(C) por maioria simples de votos, com quórum mínimo de um terço dos membros.
(D) pela maioria qualificada dos membros, ressalvada a hipótese de urgência.
(E) pela maioria absoluta dos votos, independentemente de quórum.
30. Com base no art. 75 da Constituição Federal, é correto afirmar que:
- (A) as normas constitucionais sobre o Tribunal de Contas da União não se aplicam aos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, que são regulados exclusivamente por legislação municipal.
(B) os Tribunais de Contas estaduais podem ser compostos por número diverso de conselheiros, conforme escolha do respectivo governador, observada a proporcionalidade partidária.
(C) a Constituição não autoriza a existência de Conselhos de Contas municipais, ainda que criados por norma estadual.
(D) as Constituições Estaduais podem estabelecer normas próprias de composição e funcionamento dos Tribunais de Contas, sem qualquer vinculação aos princípios constitucionais federais.
(E) as normas relativas ao Tribunal de Contas da União aplicam-se, no que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e aos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO
Gustavo Scatolino

31. Acerca das espécies de atos administrativos, segundo a classificação doutrinária predominante, assinale a alternativa correta quanto às características dos atos normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos.
- (A) As portarias e os ofícios são exemplos típicos de atos normativos, pois têm conteúdo genérico e externo, atingindo todos os administrados.
(B) As resoluções e os decretos são atos ordinatórios, destinados exclusivamente a disciplinar a execução interna dos serviços administrativos.
(C) As licenças e as autorizações são classificadas como atos negociais, por dependerem de provocação do particular e corresponderem à manifestação de vontade favorável da Administração.
(D) Os atos enunciativos produzem efeitos jurídicos diretos e vinculantes sobre os administrados, como ocorre com as ordens de serviço e os despachos administrativos.
(E) As sanções administrativas decorrentes de infrações disciplinares ou contratuais, como as advertências e multas, são exemplos de atos enunciativos.

32. No que concerne aos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A autoexecutoriedade é característica presente apenas nos atos administrativos vinculados, não se aplicando aos discricionários.
(B) A presunção de legitimidade significa que os atos administrativos são considerados válidos.
(C) A imperatividade confere aos atos administrativos a prerrogativa de exigirem cumprimento apenas após homologação judicial.
(D) A autoexecutoriedade impede o controle judicial, tornando o ato imune a anulação por ilegalidade.
(E) A presunção de legitimidade só se aplica aos atos administrativos que contenham conteúdo punitivo.
33. No âmbito da organização administrativa, considerando a desconcentração e a descentralização, assinale a alternativa correta quanto à distribuição de competências e à criação de entidades ou órgãos.
- (A) A descentralização resulta na criação de órgãos públicos subordinados hierarquicamente à Administração direta.
(B) A desconcentração envolve a transferência de competências para entidades com personalidade jurídica própria.
(C) A descentralização pressupõe a criação de entidades integrantes da Administração direta.
(D) A desconcentração caracteriza-se pela distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
(E) A descentralização corresponde à divisão interna de funções administrativas dentro de uma mesma estrutura organizacional.
34. Considerando os entes que compõem a administração pública indireta e suas características jurídicas, assinale a alternativa correta sobre as autarquias.
- (A) São pessoas jurídicas de direito privado, com capital integralmente público.
(B) Podem explorar atividade econômica, desde que haja autorização legislativa.
(C) Possuem personalidade jurídica de direito público e são criadas por lei específica.
(D) Exigem registro em cartório para aquisição de personalidade jurídica.
(E) Têm seus dirigentes nomeados por eleição direta, sem necessidade de nomeação por autoridade superior.
35. Com base na Lei n. 8.987/1995, no que se refere às definições legais sobre concessão e permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão de serviço público é delegada exclusivamente à pessoa física que demonstre capacidade para o desempenho.
(B) A permissão de serviço público caracteriza-se como ato administrativo unilateral, com prazo indeterminado e sem necessidade de licitação.
(C) A concessão de serviço público precedida de obra pública dispensa licitação, em razão da complexidade técnica envolvida.
(D) A concessão de serviço público exige prévia licitação, necessariamente nas modalidades de concorrência ou diálogo competitivo.
(E) A permissão de serviço público, por possuir caráter definitivo, afasta o risco do particular quanto à continuidade da prestação.
36. Quanto aos direitos e deveres dos usuários de serviços públicos concedidos ou permitidos, conforme previsto na Lei n. 8.987/1995, assinale a alternativa correta.
- (A) Os usuários têm direito a escolher livremente o prestador do serviço, ainda que não haja previsão legal para múltiplos operadores.
(B) A interrupção do serviço por inadimplemento do usuário pode ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive em feriados.
(C) Os usuários têm o dever de contribuir para a conservação dos bens públicos utilizados na prestação do serviço.
(D) A concessionária pode interromper o serviço a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio, por questões financeiras.
(E) A Administração não está obrigada a fornecer informações aos usuários sobre a prestação do serviço, cabendo apenas à concessionária essa responsabilidade.
37. Com base na Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato para modificar seu objeto, ainda que sem justificativa técnica, bastando apenas a conveniência administrativa.
(B) Entre os motivos que autorizam a rescisão unilateral do contrato pela Administração está a alteração social da empresa que exclua completamente sua capacidade de concluir o objeto contratado.
(C) O contratado terá direito à rescisão do contrato se houver supressão de objeto pela Administração que resulte em modificação do valor contratual acima do limite permitido em lei.
(D) A extinção do contrato, mesmo que por culpa exclusiva da Administração, não gera ao contratado direito a indenização pelas despesas comprovadamente realizadas.
(E) Ainda que em caso de atraso na liberação de áreas desapropriadas pela Administração, o contratado não possui direito a suspensão ou rescisão.

38. Considerando as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União no âmbito do controle externo, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente contratos administrativos celebrados pela Administração Pública Federal, sem necessidade de manifestação do Congresso Nacional.
(B) As decisões do Tribunal de Contas da União que resultarem na aplicação de multa ou imputação de débito não possuem força executiva, dependendo de prévia execução judicial.
(C) O Tribunal de Contas da União tem competência para apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na Administração Pública, inclusive para cargos de provimento em comissão.
(D) O parecer prévio do Tribunal de Contas da União sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República deve ser elaborado no prazo de sessenta dias, contados da data de seu recebimento.
(E) A fiscalização da aplicação de recursos repassados pela União aos Municípios, por convênios ou outros instrumentos, é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo Federal, não cabendo atuação do Tribunal de Contas da União.
39. Considerando os entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal sobre regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) O servidor público nomeado sem concurso público adquire direito à posse e à estabilidade se exercer o cargo por mais de três anos.
(B) A extinção de cargo ocupado por servidor vitalício é vedada, garantindo-se a permanência do servidor no cargo até a aposentadoria compulsória.
(C) O servidor nomeado por concurso tem direito à posse.
(D) O servidor público absolvido na esfera penal por ausência de provas fica automaticamente isento de responder a processo administrativo disciplinar pelos mesmos fatos.
(E) A demissão de servidor público concursado pode ser realizada sem processo administrativo, desde que fundamentada em decisão de comissão de sindicância.
40. Com base nas súmulas e jurisprudência dos tribunais superiores acerca de organização administrativa e poder de polícia, assinale a alternativa correta.
- (A) É constitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, com capital majoritariamente público, desde que prestem exclusivamente serviço público típico de Estado e em regime não concorrencial.
(B) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica própria e pode litigar em juízo para a defesa de interesses de seus membros, tanto individuais quanto coletivos.
(C) Qualquer excesso de prazo na conclusão de processo administrativo disciplinar enseja a nulidade automática do processo, independentemente da comprovação de prejuízo à defesa.
(D) A responsabilidade civil da Administração Pública por omissão no dever de fiscalização ambiental é sempre direta e de execução imediata.
(E) Pessoas jurídicas de direito privado que executem serviço público em regime concorrencial podem receber, por delegação, o poder de polícia para fiscalização de atividades econômicas privadas.

DIREITO FINANCEIRO

Manuel Piñon

41. Sobre os créditos adicionais, assinale a alternativa correta.
- (A) Os créditos suplementares são destinados a despesas não previstas na LOA.
(B) Os créditos extraordinários exigem autorização legislativa prévia.
(C) Os créditos especiais são utilizados para cobrir despesas imprevisíveis e urgentes.
(D) Os créditos suplementares podem ser autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
(E) Os créditos especiais podem ser abertos por decreto autônomo do chefe do Executivo, sem previsão legal.
42. A Lei Complementar n. 101/2000 estabelece, quanto ao planejamento, que:
- (A) a LDO deve conter apenas metas qualitativas.
(B) a LRF não se aplica às empresas estatais dependentes.
(C) o PPA deve ser elaborado com base no orçamento de custeio.
(D) o planejamento deve respeitar a compatibilidade entre PPA, LDO e LOA.
(E) a LOA deve conter previsão de arrecadação da dívida ativa dos últimos cinco anos.

43. Sobre a classificação da receita pública, segundo a LRF e a Lei n. 4.320/1964:

- (A) as receitas correntes incluem operações de crédito.
- (B) a receita de capital decorre da venda de serviços.
- (C) a receita patrimonial é uma receita de capital.
- (D) as transferências correntes devem ser reembolsadas.
- (E) a alienação de bens é considerada receita de capital.

44. Conforme a Lei n. 4.320/1964, são características da despesa pública, exceto:

- (A) deve estar autorizada por lei.
- (B) possui fases de empenho, liquidação e pagamento.
- (C) deve ser precedida de empenho.
- (D) pode ser executada sem liquidação nos casos de despesas estimadas.
- (E) integra o orçamento de forma vinculada a categorias econômicas.

45. No tocante à Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar:

- (A) deve conter apenas o orçamento fiscal.
- (B) pode autorizar abertura de crédito extraordinário.
- (C) é de iniciativa conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (D) é aprovada por decreto legislativo.
- (E) comprehende os três orçamentos previstos na Constituição.

DIREITO CIVIL
Cristiny Rocha

46. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- (A) O regime de bens dos nubentes obedece à lei do país onde foi celebrado o casamento, independentemente do domicílio dos cônjuges.
- (B) O divórcio realizado no exterior entre estrangeiros domiciliados no Brasil é automaticamente reconhecido no território nacional.
- (C) O casamento entre estrangeiros pode ser celebrado no Brasil apenas perante autoridade judiciária, com observância das leis brasileiras.
- (D) A lei do país do domicílio da pessoa regula o início e o fim da personalidade, bem como o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (E) O domicílio do incapaz nunca se comunica com o de seu tutor ou curador, salvo autorização judicial expressa.

47. Com base nas disposições do Código Civil sobre o início e o fim da capacidade civil da pessoa natural, assinale a alternativa correta.

- (A) A menoridade cessa exclusivamente com a emancipação judicial, desde que o menor tenha mais de dezesseis anos completos.
- (B) O menor com dezesseis anos completos pode ser emancipado por instrumento particular firmado pelos pais e homologado judicialmente.
- (C) A colação de grau em curso de ensino superior é hipótese legal de cessação da incapacidade civil, mesmo que o emancipado tenha menos de dezoito anos.
- (D) A existência da pessoa natural termina com a presunção de morte decorrente de desaparecimento voluntário por mais de dois anos.
- (E) O menor somente poderá exercer atividade econômica após completar dezoito anos, salvo autorização judicial específica.

48. À luz das disposições do Código Civil sobre a decadência legal e convencional, assinale a alternativa correta.

- (A) A decadência legal pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, enquanto a decadência convencional deve ser alegada pela parte interessada.
- (B) O juiz pode conhecer de ofício tanto da decadência legal quanto da convencional, em qualquer grau de jurisdição.
- (C) A decadência convencional pode ser conhecida de ofício pelo juiz quando envolver direito patrimonial disponível.
- (D) A renúncia à decadência legal é válida quando expressamente prevista em cláusula contratual, desde que não cause prejuízo ao consumidor.
- (E) A parte beneficiária da decadência legal pode renunciar a ela expressamente, desde que antes do término do prazo.

49. Acerca do usufruto no Direito Civil brasileiro, segundo o disposto nos arts. 1.390 a 1.393 do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O usufruto recai apenas sobre bens imóveis, sendo vedada sua constituição sobre bens móveis ou sobre universalidade de bens.
- (B) O usufrutário pode transferir o usufruto a terceiros por meio de alienação, inclusive com registro em cartório.
- (C) Se o usufruto recair sobre bens consumíveis, o usufrutário não terá qualquer obrigação de reposição ao fim do usufruto, salvo se houver cláusula contratual nesse sentido.
- (D) O usufruto constitui-se automaticamente sobre imóveis por mera tradição, salvo nos casos de usucapião.
- (E) O exercício do usufruto pode ser cedido a terceiros, por título gratuito ou oneroso, embora o direito em si seja intransferível.

DIREITO EMPRESARIAL

Edison Enedino

50. Após a apuração de elevado débito fiscal, o fisco goiano constatou que a sociedade empresária devedora não tinha registro dos seus atos constitutivos em nenhuma Junta Comercial. A sociedade formada por Caio, Tércio e Tício comercializava veículos automotores em um galpão de propriedade de Caio, o qual assinava todos os contratos relativos aos negócios desenvolvidos. Os automóveis que estavam no pátio, bem como os móveis e equipamentos que guarneциam o galpão foram trazidos pelos três sócios. A pedido da procuradoria da fazenda goiana, o juiz da vara de fazenda pública determinou o bloqueio do galpão e dos bens que guarneçiam o estabelecimento. Diante desse quadro, nos termos da legislação vigente:

- (A) A dívida tributária recairá sobre o galpão, os bens que o guarnecem, o patrimônio de Caio e, subsidiariamente, sobre o patrimônio de Tércio e Tício.
- (B) A dívida tributária recairá sobre o galpão, os bens que o guarnecem e o patrimônio de Caio, somente.
- (C) A dívida tributária recairá sobre o patrimônio dos três sócios, solidariamente, pois não há pessoa jurídica formada a embasar a execução dos bens destinados à atividade empresarial.
- (D) A dívida tributária recairá sobre o galpão e os bens que o guarnecem, somente, ante a autonomia do patrimônio destinado à atividade empresarial.
- (E) A dívida tributária recairá sobre o galpão, os bens que o guarnecem, e, subsidiariamente, sobre o patrimônio dos três sócios, que responderão solidariamente.

51. O registro empresarial no Brasil, a cargo das Juntas Comerciais, concentra-se em três procedimentos específicos: a matrícula, o arquivamento e a autenticação. Dos atos abaixo, indique aquele que não é objeto do procedimento de arquivamento nas Juntas Comerciais.

- (A) Arquivamento dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas.
- (B) Arquivamento dos atos relativos a consórcio e grupo de sociedade de que trata a Lei das Sociedades Anônimas.
- (C) Arquivamento dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.
- (D) Arquivamento dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, na forma de lei própria.
- (E) Arquivamento das declarações de microempresa

52. A sociedade simples constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, conterá

- (A) As pessoas naturais ou jurídicas incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições.
- (B) Nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, pessoas naturais, não se admitindo sócios que sejam pessoas jurídicas.
- (C) Se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
- (D) A participação ou não de cada sócio nas perdas da sociedade.
- (E) As prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição não poderá consistir em serviços.

53. Os créditos fiscais, na falência, são inseridos no quadro de credores pelo respectivo ente estatal. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, caso o estado de Goiás tenha créditos de tributos estaduais para serem inseridos no quadro-geral de credores, referidos créditos serão incluídos

- (A) entre os créditos fiscais, logo após os créditos da União.
- (B) entre os créditos fiscais, antes dos créditos da União.
- (C) entre os créditos fiscais, logo após os créditos dos Municípios.
- (D) entre os créditos fiscais, antes dos créditos dos Municípios.
- (E) entre os créditos fiscais, em igualdade de hierarquia com os créditos da União e dos Municípios.

DIREITO PENAL**Renato Pulz**

54. Sobre as excludentes de culpabilidade e as causas de extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.
- (A) A inimputabilidade por doença mental é considerada uma causa de extinção da punibilidade.
(B) O perdão judicial é causa extintiva de culpabilidade.
(C) O erro de tipo invencível é uma causa de exclusão da culpabilidade.
(D) O casamento do agente com a vítima, nos crimes contra a dignidade sexual, é atualmente causa de extinção da punibilidade prevista expressamente no Código Penal.
(E) A abolitio criminis é uma causa de extinção de punibilidade.
55. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, é correto afirmar:
- (A) A lei exige, para a configuração do crime de abuso de autoridade, apenas a prática do ato ilegal, sendo irrelevante o dolo específico do agente.
(B) A responsabilização do agente pela prática de abuso de autoridade pode ocorrer nas esferas penal, civil e administrativa, sendo que essas esferas são sempre dependentes entre si.
(C) O crime de abuso de autoridade admite apenas a forma dolosa, sendo indispensável que o agente atue com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal.
(D) Os crimes previstos na Lei n. 13.869/2019 são de ação penal privada, dependendo de representação da vítima para que haja processamento.
(E) A perda do cargo, mandato ou função pública é automática em caso de condenação por crime de abuso de autoridade, basta tando a sentença penal condenatória.

ECONOMIA**Manuel Piñon**

56. Em economia, o problema da escassez surge principalmente porque:
- (A) os recursos naturais são infinitos.
(B) a tecnologia é capaz de produzir tudo que a sociedade deseja.
(C) os recursos são limitados frente às necessidades humanas ilimitadas.
(D) o dinheiro é escasso para a maioria da população.
(E) a população mundial é pequena demais para gerar demanda.
57. O equilíbrio de mercado ocorre quando:
- (A) o preço está acima do valor de mercado.
(B) a oferta é maior que a demanda.
(C) a demanda é maior que a oferta.
(D) a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada.
(E) os custos de produção são maiores que o preço do bem.
58. Se a elasticidade-preço da demanda de um bem é maior que 1, isso significa que:
- (A) a demanda é inelástica.
(B) a variação na quantidade demandada é menor que a variação no preço.
(C) a demanda é elástica.
(D) a receita total aumenta com o aumento do preço.
(E) o bem é um bem inferior.
59. Um aumento na produtividade da indústria levará, ceteris paribus, a:
- (A) um aumento da demanda.
(B) um deslocamento da curva de oferta para a esquerda.
(C) uma redução da oferta.
(D) um deslocamento da curva de oferta para a direita.
(E) um aumento no preço de equilíbrio.

60. Uma característica fundamental da concorrência perfeita é:

- (A) diferenciação do produto.
- (B) barreiras à entrada.
- (C) informação imperfeita.
- (D) muitos compradores e vendedores.
- (E) formação de cartel.

61. Em um mercado monopolista:

- (A) existem muitos concorrentes.
- (B) o preço é ditado pela concorrência.
- (C) a empresa é tomadora de preços.
- (D) há um único vendedor.
- (E) os produtos são homogêneos e com fácil entrada.

62. A principal diferença entre PIB nominal e PIB real é:

- (A) O PIB real considera a inflação, o nominal não.
- (B) O PIB nominal é sempre maior.
- (C) O PIB real é medido em dólares.
- (D) O PIB nominal inclui produtos importados.
- (E) O PIB real desconsidera o consumo do governo.

63. Indique o componente que faz parte do cálculo do PIB pela ótica da despesa.

- (A) Tributos líquidos de subsídios.
- (B) Depreciação do capital fixo.
- (C) Investimentos.
- (D) Renda líquida enviada ao exterior.
- (E) Salários pagos pelo setor privado.

64. O peso morto de um imposto é:

- (A) o valor total arrecadado pelo governo.
- (B) a receita líquida disponível após impostos.
- (C) a perda de bem-estar devido à distorção criada pelo imposto.
- (D) o custo administrativo da arrecadação.
- (E) o valor que o consumidor deixa de pagar.

65. A política fiscal expansionista tem como objetivo:

- (A) aumentar o superávit primário.
- (B) reduzir os gastos públicos.
- (C) reduzir o déficit orçamentário.
- (D) estimular a atividade econômica.
- (E) controlar a inflação

CONTABILIDADE GERAL

Rodrigo Machado

66. A empresa Sólamento Ltda., pretende lançar um novo produto no mercado ativo para aumentar seu *marketshare*. Para atrair clientes e alcançar o volume de vendas projetado de 100.000 unidades, a empresa estuda oferecer aos consumidores garantia de 2 anos contra defeitos de fábrica, a contar da data da aquisição. Seus dados históricos apontam que 80% dos equipamentos vendidos não apresentarão defeitos no período coberto pela garantia; 15% apresentarão pequenos defeitos, que devem culminar em gastos com reparos de cerca de R\$ 350.000,00; e 5% apresentarão grandes defeitos, cujos gastos com reparos são estimados em R\$ 2.500.000,00. Com base nessas informações, a empresa Sólamento Ltda., deverá:

- (A) reconhecer uma provisão para contingência no valor de R\$ 2.850.000.
- (B) reconhecer um passivo contingente no valor de R\$ 2.850.000.
- (C) não deverá reconhecer uma provisão.
- (D) não deverá reconhecer uma provisão, mas divulgar o fato em notas explicativas.
- (E) reconhecer uma provisão para contingência no valor de R\$ 177.500,00.

67. A empresa Lambis Goia Ltda. atua no ramo comercial e controla seus estoques com base no preço médio ponderado e realizou em junho de 2025, as seguintes transações:

- 10/06 - Compra de 120 unidades de mercadorias, a prazo, pelo preço líquido unitário de R\$ 120,00;
- 11/06 - Devolução de 10 unidades de mercadorias adquiridas no dia anterior por terem apresentado defeito;
- 12/06 - Abatimento obtido de R\$ 10,00 por unidade aplicado sobre as 110 unidades de mercadorias restantes (adquiridas em 10/06);
- 14/06 - Venda a prazo de 50 unidades de mercadorias pelo valor total de R\$ 12.500,00;
- 15/06 - Recebimento de devolução do cliente de 5 unidades das mercadorias vendidas em 14/06;
- 16/06 - Abatimento concedido ao cliente sobre as demais unidades de mercadorias vendidas no valor total de R\$ 400,00.

Nesse caso, admitindo que o saldo de estoques remanescente do mês anterior era de 10 unidades adquiridas pelo preço líquido unitário de R\$ 100,00, o valor total das receitas líquidas de vendas foi de:

- (A) 6.350,00
- (B) 10.850,00
- (C) 11.975,00
- (D) 10.785,00
- (E) 11.855,00

68. Com base no CPC 27 – Ativo imobilizado, assinale a opção correta.

- (A) Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- (B) Ativo imobilizado é o item tangível e, em algumas situações, intangível, que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos
- (C) Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu valor justo líquido recuperável depreciable.
- (D) Os custos de preparação do local não devem fazer parte dos custos do ativo imobilizado.
- (E) Gastos com fretes e seguros farão parte dos custos do ativo imobilizado mesmo quando realizados pelo fornecedor.

69. Você, como auditor(a) fiscal da SEFAZ GO, estava analisando as seguintes transações da empresa Oculta Tudo Ltda.:

- 1) Reconhecimento de Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 100.000,00;
- 2) Reconhecimento de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 14.000,00;
- 3) Pagamento de gastos com desenvolvimento interno de ativo intangível no valor de R\$ 30.000,00;
- 4) Reconhecimento de adiantamento de clientes no valor de R\$ 32.000,00;
- 5) Reconhecimento de juros sobre empréstimos no valor de R\$ 3.000,00.

Considerando que o contador Toinzinho Roncador realizou de maneira adequada a escrituração contábil, você concluiu corretamente que:

- (A) A conta caixa teve débitos de 62 mil reais.
- (B) A conta investimentos sofreu aumento de 100 mil reais.
- (C) A conta de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa possui natureza credora, por isso fica registrada no passivo.
- (D) Os débitos totalizaram 179 mil reais.
- (E) Os adiantamentos de clientes serão registrados no ativo circulante se forem de curto prazo.

70. No que diz respeito aos princípios de contabilidade, assinale a opção incorreta.

- (A) O princípio da competência determina que os reconhecimentos contábeis deverão ser realizados de acordo com o fato gerador, independente do momento do pagamento ou do recebimento.
- (B) O princípio da prudência foi excluído como tal no processo de convergência das práticas nacionais aos padrões internacionais, pois representa impactos adversos na neutralidade da informação contábil.
- (C) Uma das fontes para a aplicação do princípio do registro pelo original é a nota fiscal que formalizou as transações.
- (D) O princípio da prudência é essencial para a garantia de informações tempestivas e integrais.
- (E) O princípio da Entidade define o patrimônio como objeto da contabilidade e a separação dos patrimônios do sócio e entidade.

71. A empresa Ray Lander EPP comercializa veículos futurísticos. No mês de maio de 2025 vendeu uma unidade por 420 mil reais. A transação foi realizada com pagamento a prazo e parcelas divididas em 60 vezes. Por ser uma transação com incidência de Impostos Estaduais, constou na sua base de auditoria fiscal. Ao analisar as transações, você concluiu corretamente que o balanço patrimonial apresentou em 31/12/2025 o seguinte saldo:
- (A) Saldo de 420 mil reais no ativo circulante – clientes.
(B) Lançamentos de crédito totalizando 49 mil reais na conta caixa e equivalentes de caixa.
(C) Saldo de 371 mil reais na conta clientes do ativo circulante.
(D) Saldo de 84 mil reais na conta clientes do ativo não circulante – realizável a longo prazo.
(E) Saldo de 287 mil reais na conta clientes do ativo não circulante – realizável a longo prazo.
72. A Comercial Jatãolonge comercializa bebês reborn no mercado ativo. Em agosto, apresentou as seguintes transações:
- Compra de 90 unidades para revenda no valor total de R\$ 198.000
 - Venda de 34 unidades por 119 mil reais
 - Compra de 12 unidades para revenda no valor total de R\$ 37.200
 - Devolução de 15 unidades da primeira compra por apresentar defeitos de fábrica (faziam barulhos estranhos durante a noite)
 - Compra de 25 unidades para revenda no valor unitário de R\$ 2.900
 - Venda de 65 unidades do estoque.
- O saldo inicial dos estoques era composto por 15 unidades cujo valor unitário era de R\$ 2.100,00. Um auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (espero que seja você) ao analisar a movimentação dos estoques da empresa observou que o saldo correto era representado por:
- (A) 9.300 reais como saldo final de estoques.
(B) 224.400 como saldo final de estoques.
(C) 9.300 como custo de mercadorias vendidas
(D) 3.100 reais como saldo final de estoques
(E) 9.300 unidades como saldo final de estoques
73. A empresa Mandou Bem está criando um ativo intangível internamente e já realizou gastos diversos na fase de pesquisa, totalizando R\$ 380.000,00. Na fase de desenvolvimento, foram dispendidos R\$ 125.000,00. Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.
- (A) Os gastos com pesquisas devem ser tratados como despesas de acordo com o regime de caixa.
(B) Os gastos com desenvolvimento podem ser ativos desde que obedeça ao regime de caixa para o reconhecimento contábil dos gastos realizados.
(C) Não há hipótese para reconhecimento de ativos gerados internamente.
(D) O ativo intangível teve um acréscimo de 125 mil reais.
(E) O ativo intangível teve um acréscimo de 380 mil reais.
74. Uma empresa localizada em Belo Horizonte – MG, comercializa produtos eletrônicos e mantém um estoque significativo de mercadorias. De acordo com o CPC 16 (R1), para que esses estoques sejam reconhecidos como ativo, é necessário que:
- (A) sejam adquiridos ou produzidos pela empresa e estejam disponíveis para venda, independentemente do valor realizável líquido.
(B) sejam mantidos para uso próprio da empresa, sem necessidade de mensuração do custo.
(C) sejam mensurados pelo custo de aquisição ou produção e ajustados ao valor realizável líquido, quando necessário.
(D) sejam reconhecidos apenas quando vendidos, pois, antes disso, não representam um ativo.
(E) sejam contabilizados como despesa no momento da aquisição, independentemente de sua destinação futura.
75. A empresa Ju Mento Celestino Ltda. está preparando sua Demonstração dos Fluxos de Caixa e precisa classificar corretamente os valores relacionados à aquisição de dois caminhões adquiridos para sua frota. De acordo com o CPC 03 (R2), esses fluxos de caixa devem ser reconhecidos na atividade:
- (A) operacional, pois envolvem a utilização de recursos para a manutenção das operações da empresa.
(B) de financiamento, pois representam um investimento que pode gerar retorno futuro para os acionistas.
(C) de investimento, pois envolvem a aquisição de ativos que contribuirão para a geração de benefícios econômicos futuros.
(D) de investimento, desde que o ativo adquirido seja utilizado diretamente na produção de bens ou serviços.
(E) de financiamento, caso o ativo tenha sido adquirido por meio de empréstimos ou financiamentos bancários.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS
Otoniel Linhares

76. Durante o século XVIII, o atual território de Goiás passou a ser intensamente ocupado devido a um ciclo econômico que se consolidava na região Centro-Oeste do Brasil colonial. Esse processo foi impulsionado por expedições bandeirantes que buscavam riquezas, o que acabou definindo não apenas a economia local, mas também a configuração demográfica e urbana do estado por décadas. Nesse contexto, é correto afirmar que a economia goiana no século XVIII se estruturou com base na:

- (A) agricultura voltada para exportação, principalmente soja e milho.
- (B) agropecuária extensiva voltada ao mercado europeu.
- (C) implantação de ferrovias e industrialização precoce no Centro-Oeste.
- (D) criação de polos tecnológicos e inovação na capital.
- (E) exploração mineral, especialmente ouro, que atraiu migrantes e impulsionou a ocupação da região.

77. Nas últimas décadas, Goiás tem vivenciado um processo intenso de transformação socioespacial, especialmente a partir da agricultura. O avanço do agronegócio, com uso de tecnologias de ponta, maquinário, sementes transgênicas e irrigação, contribuiu para mudanças econômicas, mas também sociais e ambientais. Esse processo afetou diretamente a dinâmica das cidades e do campo no estado. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.



- (A) O estado de Goiás permanece essencialmente rural, com baixa urbanização.
 - (B) A modernização agrícola impulsionou o êxodo rural e o crescimento acelerado das cidades, especialmente no entorno de Brasília.
 - (C) A industrialização eliminou completamente a atividade agrícola no estado.
 - (D) Goiás tem como principal bioma a Mata Atlântica, o que favoreceu a expansão agrícola.
 - (E) A mecanização agrícola levou ao aumento da fixação da população no campo.
78. O território goiano apresenta características econômicas e sociais bastante diversas, com diferenças expressivas entre suas regiões. Enquanto algumas áreas são altamente desenvolvidas, com infraestrutura, polos industriais e agropecuários consolidados, outras sofrem com carência de serviços públicos, transporte e desenvolvimento econômico. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) A região Norte de Goiás concentra a maior parte dos investimentos industriais e da infraestrutura de transporte do estado.
 - (B) As desigualdades regionais são pouco expressivas, uma vez que todas as regiões possuem desenvolvimento econômico homogêneo.
 - (C) O Entorno do Distrito Federal destaca-se por seu crescimento populacional acelerado, mas enfrenta sérios desafios de infraestrutura urbana e social.
 - (D) A região Sul de Goiás é marcada por baixa produtividade agrícola e forte êxodo urbano.
 - (E) As regiões goianas têm desenvolvimento equilibrado devido à ausência de fluxos migratórios.

79. A história política de Goiás, especialmente no século XX, foi marcada por intensas transformações. Um dos marcos fundamentais foi a Revolução de 1930, que pôs fim à política das oligarquias e do coronelismo na República Velha, implantando um novo modelo de governança no estado. Sobre esse processo, é correto afirmar que:
- (A) O fortalecimento das oligarquias locais manteve o coronelismo como modelo político até os dias atuais.
 - (B) A Revolução de 1930 não teve impactos significativos na política estadual de Goiás.
 - (C) A instalação de um governo provisório militar no estado levou Goiás ao isolamento das transformações nacionais.
 - (D) A nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor deu início a uma fase de modernização política, econômica e social em Goiás.
 - (E) A divisão do estado, criando uma nova unidade federativa, ocorreu como desdobramento direto da Revolução de 1930.

80. Goiás é um estado cuja cultura e identidade são frutos de múltiplas influências históricas, resultantes de movimentos migratórios, ocupações e trocas culturais desde o período colonial até os dias atuais. Sobre os aspectos culturais e populacionais goianos, assinale a alternativa correta.

- (A) A cultura goiana é homogênea, sem influência de outros estados ou regiões.
- (B) O povoamento do estado foi restrito à migração europeia, especialmente alemã e italiana.
- (C) A influência nordestina, sulista e mineira é marcante na formação demográfica e nas manifestações culturais de Goiás.
- (D) A cultura indígena é predominante nas festas populares e nas expressões musicais do estado.
- (E) Goiás apresenta baixa diversidade cultural, sendo homogêneo devido à urbanização recente.



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
Auditor – Fiscal da Receita Estadual

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Auditor – Fiscal da Receita Estadual
---------------------------------------	---------------------------------------------------------------

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -	061 -	071 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -	062 -	072 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -	063 -	073 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -	064 -	074 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -	065 -	075 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -	066 -	076 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -	067 -	077 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -	068 -	078 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -	069 -	079 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -	070 -	080 -



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com pinguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

Contato para vendas:

📞 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora